

A educação como ferramenta de inclusão social de mulheres em vulnerabilidade social.

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt*

Eduardo José da Silva Tomé Marques**

Marizette Bortolanza Spessatto***

Resumo.

O relato de uma experiência sobre um programa de educação na perspectiva de gênero foi o ponto de partida para uma reflexão sobre o contributo da educação como ferramenta para a inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade social. O programa Mulheres Sim, do Instituto Federal de Santa Catarina-Brasil é analisado a partir dos dados resultantes das ofertas de cursos do campus São Miguel do Oeste em 2017 e 2018, dirigidos a mulheres agricultoras brasileiras e usuárias do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e imigrantes haitianas.

Palavras-chave.

Educação, Políticas Públicas, Mulheres Sim, Inclusão social.

Abstract.

Reporting an experience based on a perspective of gender education program was the starting point for a reflection on the contribution of education as a tool for the inclusion of women in socially vulnerable situations. The programme "Yes Women" of the Federal Institute of Santa Catarina is analysed based on data resulting from the São Miguel do Oeste campus offerings courses in 2017 and 2018, aimed at Brazilian women farmers, users Social Assistance Reference Center (CRAS) and Haitian immigrants.

Keywords.

Education, Public Policies, Women Yes, Social inclusion.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFSC) e Servidora Assistente Social do [IFSC câmpus de São Miguel do Oeste-Santa Catarina](#) – Brasil.

** Diretor e professor do Curso de Serviço Social da [Universidade dos Açores](#) – Portugal. Investigador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAc).

*** Professora do Centro de Referência em Formação e [EaD-IFSC-Florianópolis-Santa Catarina](#) – Brasil. Docente no ProfEPT. E-mail: spessatto.mari@gmail.com



Introdução

A história do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) começou em 1910, quando foi implantada a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, com sede em Florianópolis, capital do estado. A instituição estava voltada para a educação dos filhos de trabalhadores. Foram várias as mudanças que aconteceram na instituição ao longo de mais de cem anos e apenas em 1950 a escola e os Liceus Industriais passaram a denominar-se Escolas Industriais. Nesse contexto, nasceu a Escola Industrial de Florianópolis, que passou a aceitar mulheres como alunas. Amélia dos Reis Ouriques foi a primeira aluna mulher matriculada na instituição, no curso de alfaiataria, junto com 24 rapazes.

Nos anos que seguiram, mais mulheres passaram a frequentar os cursos com disciplinas direcionadas, especificamente, ao público feminino, como Educação para o Lar, Puericultura, Arte Culinária, Noções de Enfermagem, Costura e Artes Aplicadas no 1º e no 2º ano do ginásio industrial (IFSC, 2018). As disciplinas escolares voltadas para as mulheres demonstram uma cultura de submissão da mulher, pelo que os cursos visavam o cuidado com o lar, os filhos, o marido e o magistério. No entanto, nesta mesma escola industrial, os homens seguiam carreiras de engenheiros, de administradores e eram orientados para a política (Priore, 2012: 450).

Foi nos anos 1960 que assistimos à segunda onda do movimento feminista, tendo como principais ativas Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Carol Hanisch. Elas deram continuidade à primeira onda do movimento, que teve origem nos finais do século XIX, com Rosa Luxembourg e Emma Goldman, entre outras. (Brant, 2002), a luta fortaleceu-se, motivada pela consciência das mulheres de que a independência era a saída para fazerem-se respeitar e viver em igualdade de condições com os homens. Pode-se destacar que as lutas e bandeiras do movimento feminista foram decisivas para articular caminhos para a igualdade de gênero. Contudo, a pobreza ainda é um fator que torna as mulheres mais fragilizadas, visto que elas são a maioria nas atividades mais precarizadas de trabalho (Carvalho, 2012). A pobreza contribui para a marginalização das mulheres, empurrando-as para as atividades informais, instáveis e sem a garantia de seguros e direitos trabalhistas. (Carvalho, 2012) diz que, quando as famílias são chefiadas por mulheres, muitas vezes, elas são expostas às vagas de trabalho informal e precarizado para atender minimamente às necessidades básicas para a alimentação dos filhos.

Quanto à escolarização e profissionalização na instituição educacional em análise, entre as mudanças ocorridas ao longo da história do IFSC, em 2002, a escola foi transformada no Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET/SC). Com a mudança, a instituição passou a oferecer cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação *lato sensu*. Com a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foram implantados no Brasil os institutos federais de Educação (IFs), que deram um novo nome à escola: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Nesse período, com o objetivo de interiorização da educação federal profissionalizante, vários novos *campi* dos institutos foram implantados. Um desses foi o IFSC - *campus* de São Miguel do Oeste, inaugurado em 2010, no extremo oeste do estado, vizinho à fronteira do Brasil com a Argentina e distante mais de 600 quilômetros da capital catarinense. Já em 2011, o *campus* passou a oferecer o primeiro curso voltado ao público feminino em situação de vulnerabilidade social,



através do Programa “Mulheres Mil”, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica ligada ao MEC, um programa que se espalhou pelos IFS e foi o resultado de uma experiência com muito êxito desenvolvida no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), com o apoio dos *colleges canadenses*.

O objetivo do programa é promover a formação profissional e tecnológica articulada com aumento de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente das regiões Norte e Nordeste do país. Para isso, atua no sentido de garantir o acesso à educação a essa parcela da população de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões. (Brasil, 2018).

De acordo com os princípios norteadores do IFSC, definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019 (IFSC, 2017), o Mulheres Mil e, na sequência, o Mulheres Sim caracterizam-se como programas de acesso à educação que procuram a valorização da mulher através do empoderamento feminino e do acesso aos direitos básicos de cidadania. “O programa [Mulheres Sim] é destinado a mulheres que possuem mais de 15 anos, e encontram-se em vulnerabilidade social, preferencialmente sem ou com baixa escolaridade” (IFSC, 2016b).

A baixa escolaridade das mulheres que, até 2014, eram atendidas pela instituição via programa Mulheres Mil, foi um dos motivadores de implementação da proposta do Mulheres Sim. Michels (2018) explica que, quando o Mulheres Mil foi incorporado à Bolsa Formação/PRONATEC, os cursos oferecidos por ele passaram a exigir escolaridade mínima, requisito com o qual não contavam muitas das alunas do até então atendidas, pelo que estas ficaram à margem do programa. Eliminado o critério de exigência de escolarização, os objetivos do programa seguem os mesmos, visando a busca por meio da educação profissional a valorização da mulher, o acesso aos

direitos, a promoção da cidadania e possibilidades de geração de renda, facilitando assim o empoderamento feminino.

Conforme afirma (Gohn, 2004), utiliza-se o empoderamento como prática pedagógica, quando se tem a intenção de desenvolver a consciência crítica dos indivíduos, contribuindo para a promoção da liberdade e da participação na sociedade, aspectos fundamentais no desenvolvimento de projetos que envolvem empoderamento, pois geram processos de desenvolvimento autossustentáveis. Para (Zorzi, 2008), com o processo de empoderamento, potencia-se a transformação das relações sociais dessas mulheres e isso auxilia os processos de luta pela afirmação de direitos, bem como contribui para a superação das desigualdades entre os gêneros e suas implicações em áreas como a social, econômica, pessoal e política. O programa Mulheres Sim mantém estreito alinhamento com o quinto dos objetivos de desenvolvimento Sustentável (ODS) da Unesco: Igualdade de gênero. Para se cumprir este objetivo, é necessário modificar as relações de gênero e a educação é uma das ferramentas para a transformação social (Freire, 2018).

O Mulheres Sim é ofertado com recursos da fonte da assistência estudantil e organização de editais pela Pró-reitoria de Extensão (PROEX) para atender as mulheres que não eram atendidas pelo PRONATEC pela barreira da falta de escolaridade. O IFSC –São Miguel do Oeste ofertou o programa em 2014, 2015, 2017, 2018 e 2019.

As ofertas de 2017 e 2018 foram propostas com quatro projetos: 1) Projeto de curso de extensão (96 horas, a ser escolhido pelo *campus*): Educação e Gênero ou Geração de Renda, Tecnologia e Valorização do Trabalho Feminino; 2) Projeto Feira de Economia Solidária (8h ou mais); 3) Ciclo de Palestras e Oficinas (12 horas ou mais); e 4) Acompanhamento de Egressas.



O delineamento da pesquisa da qual resulta esta publicação caracteriza-se pela abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, realizada através de dados coletados em questionários que serviram como método de avaliação do programa, nas turmas de 2017 e 2018, assim como análise documental dos projetos pedagógicos dos cursos, Leis, literatura sobre a temática e a observação participativa.

Mulheres SIM: Promoção de inclusão educacional, econômica, social e cultural de mulheres em vulnerabilidade, 2017

Em 04 de maio de 2017, o IFSC publicou o edital PROEX –Nº 07/2017 Programa Mulheres Sim, que visava inicialmente contemplar doze projetos entre todos os *campi*, divididos em duas linhas de extensão: 1) Curso educação e gênero; e 2) Curso geração de renda, tecnologia e valorização do trabalho feminino. A oferta dos cursos foi de até cinco meses com o término em dezembro de 2017. Contudo, em 23 de junho de 2017, foi publicado o edital de inscrição para somente dez projetos, dentre eles o curso selecionado de São Miguel do Oeste na linha de extensão 2.

As inscrições foram gratuitas e realizadas manualmente no *campus*, no período entre 23 de junho e 07 de julho de 2017, e as matrículas entre 12 a 14 de julho de 2017. Durante o período de inscrição, somente 27 vagas foram preenchidas. Assim, na sequência, foi aberto mais um período de duas semanas de inscrições para as vagas remanescentes, tendo o processo terminado com o preenchimento das trinta vagas. As aulas foram realizadas entre 01/08/2017 a 01/11/2017.

Atendendo à linha de extensão 2 do edital de seleção de projetos da instituição, a oferta implementada em São Miguel do Oeste teve como título “Mulheres

SIM: Promoção de inclusão educacional, econômica, social e cultural de mulheres em vulnerabilidade”. O curso teve duração de 96 horas e o pré-requisito para inscrição foi apresentar a autodeclaração de situação de vulnerabilidade social. O público esperado eram mulheres residentes em comunidades rurais do município de São Miguel do Oeste - SC e adjacentes. Não houve desistência nem evasão, as trinta alunas matriculadas concluíram o curso e fizeram formatura em 24 de dezembro de 2017.

Dentre os segmentos da população de São Miguel do Oeste que participaram da audiência pública, em 2010, para a escolha dos cursos a serem ofertados no IFSC-SMO, um dado que chamou a atenção foi a baixa escolaridade entre pequenos produtores familiares. Constava, à época, que sessenta por cento deles possuem escolaridade inferior ao ensino médio incompleto; 32% têm ensino médio completo; 5% ensino superior incompleto. Analisando os dados entre a população rural e a população urbana do município que estava desempregada no período, verificou-se que 17% teriam ensino médio incompleto, pelo que se pode concluir que, caso as mulheres rurais precisassem obter renda através de um emprego formal, na cidade, seria demasiadamente difícil conseguir colocar-se no mercado de trabalho.

As relações de produção não podem priorizar a acumulação de capital, centrada na exploração ambiental e humana. A economia solidária surge como alternativa, enquanto a atividade de produção em rede, por meio da pequena empresa comunitária, da agricultura familiar, do trabalho doméstico, autônomo e nas cooperativas. Aos poucos são superados os desafios do mercado capitalista e viabilizada sua competitividade com a manutenção da família camponesa na atividade rural, favorecendo os mínimos para a manutenção do trabalhador no campo. Para (Santos, 2011: 19), a “economia solidária tem sido interpretada como resistência dos setores populares à crise estrutural do trabalho e ao recuo



das políticas sociais”. Como tal, pode configurar-se como uma alternativa ao modelo capitalista e uma utopia emancipatória.

Contudo, pela ausência de políticas governamentais sistemáticas para os pequenos produtores rurais, eles são forçados a negociar sua produção em mercados regulados por agentes intermediários. Este facto é diminuído quando são incluídos em organizações de economia solidária, que atuam numa perspectiva de reciprocidade, como reconciliação de autonomia e interdependência. A oferta teve uma peculiaridade devido à grande participação de mulheres agricultoras que se interessaram pela temática de agricultura solidária e familiar. As justificativas descritas no PPC do curso apresentam a mulher agricultora familiar que muitas vezes fica à margem, excluída da participação de projetos sociais e educacionais oferecidos pelas instituições públicas, dado que estas estão instaladas em territórios urbanos e apenas têm ofertas nas cidades. Relata também que as mulheres rurais não têm sentimento de pertença ao grupo social indicado para os cursos, acreditando que não se enquadram nos projetos pelo fato destes serem ministrado na zona urbana e com metodologias que não contemplam seus valores e necessidades.

A oferta do IFSC-São Miguel do Oeste visou contribuir para a qualificação e valorização dos seus conhecimentos por meio das informações e formações definidas pelo projeto pedagógico do curso e, até mesmo, pelo convívio feminino fora de suas propriedades e comunidades rurais, contribuindo também para criar oportunidades para o contato com outros saberes e outras relações de valor entre as mulheres urbanas e rurais (IFSC, 2017). O objetivo principal do projeto assentava na relação dessas mulheres com a oportunidade de qualificação, de troca de experiências, de valorização dos seus saberes e não somente dos escolares. Partiu-se da tradição, dos saberes repassados de geração

em geração na propriedade rural, reafirmando o reconhecimento e resgate da valorização cultural na sua concepção e integridade social e cultural.

Mulheres SIM Educação e gênero: mulheres haitianas e brasileiras na construção da cidadania numa perspectiva intercultural, 2018

Em outubro de 2018, teve início o Mulheres Sim Educação e Gênero: mulheres haitianas e brasileiras na construção da cidadania numa perspectiva intercultural, formado por quinze mulheres haitianas e quinze brasileiras, estas últimas, usuárias do Centro de Referência de Assistência Social de São Miguel do Oeste (CRAS). O curso foi finalizado no mês de dezembro. De acordo com o projeto pedagógico do curso, justifica-se que o município de São Miguel do Oeste, como outros da região, vive nos últimos anos uma nova realidade: a presença de muitos imigrantes haitianos que chegam em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Geralmente, os homens chegam e se instalam no município, e assim que possível trazem as esposas e filhos para residir com eles.

No itinerário formativo em sala de aula, os professores dedicam-se às trocas de saberes interculturais com foco no conhecimento histórico-cultural, saúde da mulher e da família, ética e cidadania, linguagens, informática, desenvolvimento social e sustentável, vivência matemática e geração de renda. O tema principal foi a busca pela construção de uma interação com a diversidade cultural entre brasileiras e haitianas para que haja transferência de conhecimentos e culturas entre os dois grupos, visando contemplar os temas transversais e sociais do curso Mulheres SIM. O PPC de 2018 contemplou no seu programa disciplinas que abordaram temas contextualizados e de impacto direto no dia a dia das alunas.



Figura 1: Feira da economia solidária (acima) e palestra sobre violência doméstica, outubro de 2018 (baixa).



Fonte: IFSC, 2018.

Figura 2: Aula inaugural (acima) e formatura em dezembro de 2018 (baixa).



Fonte: IFSC, 2018.



Num primeiro momento, foi realizado o levantamento da procura do curso formativo junto do público-alvo, em colaboração com a Secretaria Municipal de Assistência Social, com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a Pastoral do Migrante de São Miguel do Oeste. As inscrições das mulheres foram divulgadas com o auxílio do CRAS e da Pastoral do Migrante que ajudaram na busca ativa das mulheres. Os encontros do curso ocorreram ora no IFSC, quando havia a necessidade de utilizar o auditório e os laboratórios de práticas, ora no Salão Paroquial no centro da cidade, para facilitar o acesso das alunas, já que o IFSC fica localizado num bairro distante e não há transporte público efetivo no período noturno.

Num primeiro momento, foram oferecidas várias vagas remanescentes para a formação da turma. Desde o início, a maioria das haitianas inscritas começaram e permaneceram no grupo, tendo-se verificado só duas desistências. Este fato não aconteceu com o grupo das alunas brasileiras inscritas pelo CRAS¹, contudo, após outras chamadas foram se integrando o grupo que, no final, ficou constituído por treze alunas haitianas e seis brasileiras. A formatura teve lugar no dia doze de dezembro de 2018 com dezanove formadas.

Um aspecto diferencial deste grupo de estudantes é que muitas delas levavam os seus filhos para a aula, o que dificultava o andamento das atividades, principalmente nos laboratórios. Por esta razão, foi necessário criar uma sala para que servidores atendessem essas crianças enquanto as mães estavam em aula. Foi realizado no *campus* uma campanha para receber doações de brinquedos que foram utilizados nos atendimentos e para brincadeiras. No final do curso, todos os brinquedos foram doados às crianças que acompanharam as mães no processo formativo. A possibilidade de ter os filhos perto

das mães estimulou-as a continuarem e favoreceu a integração social e cultural dos demais servidores com a cultura haitiana.

O conteúdo das disciplinas que foram oferecidas, conforme o PPC do curso de extensão Educação e Género, incluiu a abordagem interdisciplinar e foi desenvolvido de acordo com a condição de instrução e a problemática do público envolvido, considerando a mescla de culturas e saberes da turma de alunas.

A metodologia do curso buscou dar conta, principalmente, da permanência e êxito das alunas, do perfil das mesmas e da utilização eficaz dos recursos do projeto. As unidades curriculares assentaram-se na interdisciplinaridade dos saberes e foram desenvolvidas de acordo com a condição de instrução e a problemática do público envolvido. As práticas pedagógicas foram desenvolvidas por meio de atividades em sala de aula, realizadas com base em aulas expositivas-dialogadas, estudos dirigidos e apresentações, assim como visitas técnicas/pedagógicas, práticas laboratoriais, levantamento de problemas e dinâmicas de resolução desses problemas complementam o processo.

Segundo o referido PPC, o curso objetivou motivar a autonomia e a geração de renda, envolvendo temas como: Conhecimento histórico-cultural; Saúde da mulher e da família; Ética e cidadania; Linguagens; Informática; Desenvolvimento social e sustentável; Vivência matemática; Geração de renda. A unidade curricular de Geração de renda que foi central no processo formativo e estava modulada em três temáticas: Artesanato, boas práticas para manipuladores de alimentos e Olericultura/Plantas medicinais.

O acolhimento das mulheres para o início das atividades aconteceu no mês de junho/2018, através da realização de uma aula inaugural, e buscou ambientá-las aos espaços educacionais do IFSC, dado que a maioria já estava fora das salas de aula há

1 Centro de Referência de Assistência Social.



muito tempo. Num segundo momento, foi realizada a entrevista com todas as participantes, tendo como objetivo conhecer o perfil do público-alvo, bem como identificar expectativas em relação ao programa. Em seguida, foram ministradas as aulas de cada um dos eixos temáticos, das quais as estudantes participaram, tendo culminado com a exposição das suas produções na feira de economia solidária, realizada no campus e da qual participaram os demais estudantes, servidores e a comunidade externa, bem como foi realizado um ciclo de palestras.

Considerando a proposta pedagógica e social do projeto, nesse contexto de trabalho social com mulheres em situação de vulnerabilidade, a mesma estava em linha com o referendado na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada de 15 a 17 de julho de 2004 em Brasília-DF, quando se delineou o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que dispõe, no eixo 5, do desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento para a igualdade através do investimento estatal em educação visando a igualdade e equidade de gênero, capaz de alterar os moldes tradicionais de acesso ao mercado de trabalho e acesso à renda.

A educação como ferramenta para a superação das vulnerabilidades sociais: resultados e discussões das ofertas em análise

Os autores Abramovay (2002) e Yazbek (2001), definem a vulnerabilidade social como situação em que os sujeitos não têm acesso aos recursos ou habilidades suficientes e adequadas disponibilizados pela sociedade para ascender aos níveis de bem-estar, ou de diminuir a deterioração dos seus meios de qualidade de vida. Desta forma, vulnerabilidade social está intimamente ligada a mobilidade social, à forma como os indivíduos se movimentam nas estruturas sociais e econômicas.

O conceito de vulnerabilidade social, segundo os mesmos autores, não é linear quanto aos sujeitos ou grupos, e precisa de uma análise complexa e multifacetada, visto que os sujeitos nem sempre se percebem como em vulnerabilidade social, dada a falta de conhecimento e informação que os deixam à margem das garantias de acesso a bens e serviços públicos como educação, saúde, segurança, previdência, estratégias de prevenção. (Yazbek, 2001) destaca que uma definição econômica de vulnerabilidade social é insuficiente e incompleta, mas deve ser a base material para o seu enquadramento mais amplo, incluindo também outras precariedades, como a fragilização de vínculos afetivos, tanto os relacionais como os de pertença, decorrentes também das discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras.

A noção de vulnerabilidade social tem sido adotada para a construção de indicadores sociais mais amplos, não se restringindo à delimitação de uma determinada linha de pobreza[...]. Um somatório de situações de precariedade, para além das precárias condições socioeconômicas (como indicadores de renda e escolaridade ruins) [...]. São considerados como elementos relevantes no entendimento da privação social aspectos como a composição demográfica das famílias aí residentes, a exposição a situações de risco variadas (como altas incidências de certos agravos à saúde, gravidez precoce, exposição à morte violenta, etc.), precárias condições gerais de vida e outros indicadores. (Yazbeck, 2001).

Segundo a mesma autora, a noção de risco social é a probabilidade de ocorrência de um evento que cause danos, rupturas familiares, violação de direitos, entre outros, e está associada ao aumento da pobreza, das desigualdades e vulnerabilidades sociais (Yazbek, 2001).

Verificou-se, entre as mulheres agricultoras do programa oferecido em 2017, que a maioria tinha



entre 45 anos e 49 anos e 55 anos e 59 anos (21% delas em cada um desses grupos); as mulheres com idade de 60 anos a 64 anos somaram 17%, demonstrando que as mulheres agricultoras estão saindo de casa, deslocando-se para a cidade em busca de profissionalização (IFSC, 2017).

Dentro do grupo atendido, 73% delas precisou parar de estudar em alguma etapa da sua vida. Os principais motivos descritos foram a necessidade de trabalhar e a dificuldades de acesso à escola, ambas as razões apontadas por 35% delas; cuidar dos filhos ficou em terceiro lugar, com 15% das respostas. A maioria parou de estudar entre os 12 e os 14 anos de idade, período em que, geralmente, os estudantes brasileiros estão no ensino médio. Dentre as mulheres, 63% são casadas e têm dois ou três filhos, e 90% têm casa própria. Um percentual de 63% trabalham e 41% são asseguradas pelo sistema de previdência pública, INSS. Em segundo lugar, com 35%, estão as mulheres cuja renda provém de aposentadorias e pensões. A renda individual é de um salário mínimo para 57% das alunas, enquanto a renda fica entre dois e cinco salários mínimos para cerca de 40% delas.

A maioria das mulheres camponesas (mais de 50%) indicou já ter sofrido algum tipo de violência doméstica, física, psicológica ou moral através do formulário de avaliação ao final do programa. É preocupante o grande número de mulheres que sofreram violência. A região do extremo oeste aparece como uma das mais violentas do Brasil quando se trata de feminicídio e violência doméstica e familiar (Santa Catarina, 2017).

De 87 países, o Brasil ocupa a 7ª colocação entre as nações mais violentas para as mulheres, segundo a ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Conforme o último levantamento oficial, Santa Catarina aparece na 9ª posição entre os estados mais violentos do Brasil ao lado do Maranhão, Minas

Gerais e Rio Grande do Sul. No topo da lista estão Espírito Santo e Alagoas (Santa Catarina, 2017). A região da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMEOSC), onde se localiza o município de São Miguel do Oeste.

Conforme (CEDCA, 2018: 45), a região da AMEOSC é a mais violenta de Santa Catarina quando se trata de abuso sexual contra crianças e adolescentes, entre zero e dezessete anos. Foram notificados 152 casos em 2016, que corresponde a 3,5% o maior índice registrado no estado. A região, de acordo com a mesma fonte, também fica em primeiro lugar como o estado que pratica mais violência psicológica, fruto do machismo que domina os lares e torna subalternas as mulheres e crianças que vivem sob o mesmo teto.

O quadro que segue diz respeito aos registros de crimes praticados em contexto de violência doméstica contra mulheres (excetuam-se, portanto, adolescentes e crianças) na cidade de São Miguel do Oeste, nos anos de 2017 e 2018 respectivamente.

A produção Jornalística em Multimídia, “Sozinhas - Histórias de Mulheres que Sofrem Violência no Campo”, produzida para o jornal Diário Catarinense pelos jornalistas Angela Bastos, Felipe Carneiro, Francisco Duarte, Júlia Pitthan, Maiara Santos e Ricardo Wolffenbüttel, em 2017, mostra a violência vivida pelas mulheres camponesas na região do extremo oeste catarinense. Duas alunas do programa Mulheres Sim de 2017 participaram do documentário e deram seus depoimentos, nos quais entrevistadas relataram e denunciaram atos de abandono, agressões físicas, sexuais, psicológicas, cárcere privado, isolamento nas propriedades, falta de comunicação com os vizinhos, falta de acesso aos serviços públicos de saúde, educação e segurança, fruto da cultura e dominação masculina. A violência contra as mulheres do campo é considerada invisível, pela dificuldade que elas têm para procurar apoio fora da família.



Quadro 1. Registros de crimes praticados em contexto de violência doméstica contra mulheres na cidade de São Miguel do Oeste.

2017	2018
Lesão corporal: 112 registros. Injúria/difamação/calúnia: 174 registros. Estupro: 02 registros. Dano: 29 registros. Ameaça: 271 registros. Incêndio: 01 registro. Feminicídio: 01 registro (consumado) e 03 registros (tentativa)	Lesão corporal: 92 registros. Injúria/difamação/calúnia: 129 registros. Estupro: 02 registros. Dano: 26 registros. Ameaça: 224 registros. Feminicídio: 02 registros (tentativa)

Fonte: Disponibilizados pela DPCAMI/FRON/SMO.

A vulnerabilidade social que essas mulheres apresentaram é muito forte, designadamente nas situações de violência doméstica causadas pelos maridos, estando presentes os riscos de morte, traumas, perdas econômicas e de saúde física e mental.

Para abordar este tema, foram realizadas durante as ofertas educativas aqui em análise aulas sobre a Lei Maria da Penha e palestra com a delegada da Delegacia da Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI) do município.

Contudo, entende-se que as mulheres que conseguiram chegar até o IFSC e participar do Programa Mulheres Sim não fazem parte da grande maioria de mulheres rurais da região que sofrem violência principalmente de privação de seu direito à educação e a liberdade. Estas ainda são invisíveis e não aparecem nas estatísticas pela ausência de políticas públicas que cheguem até seus lares, e que possam contribuir para a quebra geracional da violência doméstica.

Identificou-se entre as mulheres haitianas participantes da oferta do Mulheres Sim em 2018, quando questionadas se já haviam sofrido algum tipo de violência doméstica, que apenas seis delas responderam que sim, enquanto 16 relataram nunca ter sofrido violência. Este fato é muito diferente dos dados das mulheres rurais da turma de 2017. Em várias intervenções em sala de aula, foi percebida a submissão das mulheres aos mandos dos maridos.

A falta de informações pode ser um dos motivos pelos quais as mulheres haitianas não identificam as agressões, violências psicológicas e financeiras como sendo uma violência. Durante uma aula sobre a Lei Maria da Penha, ministrada por uma das autoras deste trabalho, percebeu-se que, para elas, muitos dos conceitos e definições constantes na Lei são desconhecidos, e inclusive consideram contraditórios à cultura haitiana, assim como, são estranhas a forma de conviver dentro de casa, em que o marido é a autoridade e mantenedor do lar, enquanto a mulher é sua colaboradora.

O curso em análise, desenvolvido no segundo semestre de 2018, ofertou 30 vagas. Dessas, apenas 26 foram preenchidas. Quanto à seleção das mulheres participantes, envolveu os seguintes perfis: haitianas; haitianas que já haviam passado por formação no IFSC, no curso de Língua e Cultura Brasileira para estrangeiros e brasileiras usuárias do CRAS. Essa heterogeneidade mostrou-se fundamental para assegurar a integração entre o grupo. Para garantir a compreensão das propostas metodológicas e dos conteúdos em discussão, os docentes organizaram “técnicas diferentes de formação de grupo” (Gugelmim; Büttner, 2018: 2).

Quanto ao perfil da turma, esta foi constituída por maioria de mulheres na faixa etária de 15 a 34 anos (73%), com escolarização ensino fundamental incompleto (40%) e com renda familiar entre um e dois salários mínimos (52%). Em relação à permanência e



êxito, das 26 inscritas, 17 concluíram o curso, caracterizando 65% de permanência (IFSC, 2018). Entre as 35% desistentes, uma era haitiana e analfabeta e as outras 10 eram brasileiras (Büttner, 2018).

Quanto às motivações para frequentar o curso, as mulheres brasileiras destacaram o desejo de retomar os estudos, depois de interrupções ao longo da vida (39% delas afirmaram ter abandonado os estudos pelo menos uma vez, por não conseguir conciliá-los com o trabalho, cf. IFSC, 2018); enquanto as haitianas apontaram o desejo de conseguir um emprego, condição nem sempre alcançada pela dificuldade de comprovar a escolarização cursada no Haiti e ao preconceito dos brasileiros para com os imigrantes (Büttner, 2018).

Os dois programas contaram com a participação de mulheres de localidades, experiências vividas, rotinas, situação econômica e expectativas de vida bem diferentes. Na turma de 2017 a grande maioria das agricultoras estavam empregadas, tinham uma renda econômica individual e familiar estável e confortável com casa própria, tinham idades mais avançadas. As mulheres do programa de 2018, por sua vez, apresentaram alto índice de desemprego, não têm renda individual, são dependentes financeiramente do marido e residem de casas alugadas.

Os dados coincidem quando verificada a baixa escolaridade das alunas nas duas turmas. (Barroso, 2004) assevera que, em todas as partes do planeta, o empoderamento das mulheres está associado com níveis mais elevados de escolaridade. Aquelas que se encontram nessa condição, normalmente apresentam maior capacidade de melhorar sua qualidade de vida e de suas respectivas famílias. Esta importância da educação no empoderamento das mulheres pode ser verificada de várias formas, como na autonomia em decisões pessoais, no aumento da capacidade de gerar renda, além da maior participação na vida política.

Conclui-se, após análise das duas ofertas do Programa Mulheres Sim que, os riscos e vulnerabilidades sociais são diferentes, as mulheres do campo, invisíveis pela distância entre sua residência e as entidades de suporte a apoio como educação, saúde e segurança pública, estão sujeitas ao machismo e à violência doméstica. Enquanto as mulheres do curso de 2018, mulheres usuárias do CRAS e imigrantes haitianas, sofrem com a pobreza extrema, vivem nas periferias da cidade, não conseguem emprego e renda pela baixíssima escolaridade, pela discriminação de cor e a barreira linguística. As haitianas não se percebem como pessoas em risco ou vulnerabilidade social, porque, ainda assim, estão em um país no qual os maridos têm emprego, os filhos frequentam escola gratuita e conseguem atendimento médico e odontológico gratuitos pelo Estado.

A grande maioria das mulheres dos dois cursos, mais de 90%, relataram que gostariam de continuar seus estudos no IFSC, sugerindo que os próximos programas tenham mais carga horária e desenvolvam atividades que contribuam mais diretamente para a aquisição de renda familiar. Como cursos que atendam às oportunidades de trabalho disponíveis, como panificação, costura, agroindústria e alimentos, atendimento lojista e empreendedorismo.

Pode-se dizer que o programa fomentou a continuidade nos estudos, quando verificou-se que uma das aluna haitianas que participou do Mulheres Sim em 2018, ingressou pelo SISU em 2019, no IFSC no curso superior em Tecnologia de Alimentos.

O programa teve baixa evasão e a avaliação das alunas foi bastante positiva, desta forma, considera-se que ele contribuiu significativamente para a construção da cidadania, o empoderamento feminino, a elevação da autoestima e a ressignificação e inserção social.



Referências

- ABRAMOVAY, M. (2002). *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO.
- BARROSO, C. (2004) Millennium development goals, education and gender equality. *Caderno de Pesquisas*, São Paulo, v. 34, n. 123, Sect. Dec.
- BRASIL. Programa Mulheres Mil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil> Acesso em 03 jun. 2019.
- CUNHA, C. (2011). Economia Solidária e Pesquisa em Ciências Sociais: Desafios Epistemológicos e Metodológicos. em Hespanha, P.; Santos, A. (Orgs.), *Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas* (pp. 15-56). Coimbra: Edições Almedina.
- CEDCA (2018). *Diagnóstico da Realidade Social da Criança e do Adolescente do Estado de Santa Catarina (2018)*. Volume 03: Direito à Liberdade ao Respeito e à Dignidade 1ª Edição, Florianópolis, SC – Núcleo Criativo Paineis – 2018.
- CARVALHO, T. (2012). O Trabalho Informal E Precarizado Das Mulheres Em Terra Roxa/Pr. *Anais da XIII Jornada do Trabalho*, Presidente Prudente/SP, 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/54.pdf> Acesso em: 16 de junho 2019.
- Diário Catarinense (2017). *Sozinhas* – histórias de mulheres que sofrem violência no campo. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/nos/noticia/2017/07/sozinhas-historias-de-mulheres-que-sofrem-violencia-no-campo-apresenta-relatos-de-solidao-agressoes-e-humilhacao-9829930.html> Acesso em 03 jun. 2019.
- FREIRE, P. (2018). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessário à prática educativa*. Paz e Terra. RJ 57 ed. 2018.
- IFSC (2018). *Linha do Tempo*. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/linha-do-tempo> Acesso em 03 jun. 2019.
- IFSC (2017). *Programa de Desenvolvimento Institucional - PDI 2015 – 2019*. Florianópolis: IFSC, 2017. Disponível em: http://pdi.ifsc.edu.br/files/2017/04/Plano-de-Desenvolvimento-Institucional-PDI-2015-2019_REVISADO.compressed.pdf Acesso em 02 mar. 2019.



- IFSC. *O Programa Mulheres Sim*. Disponível em: <https://caco.ifsc.edu.br/menu-mulheres-sim-o-programa> Acesso em 09 maio 2019a.
- IFSC. *Iniciativas sociais*: o IFSC desenvolve ações pautadas em agendas emergenciais para o país. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/iniciativas-sociais> Acesso em 10 maio 2019b.
- IFSC. Projeto Pedagógico do Curso: curso de extensão e geração de renda, tecnologia e valorização do trabalho feminino. Disponível em: file:///C:/Users/adria/OneDrive/Área%20de%20Trabalho/MES-TRADO%202018/Marizete/Leitura%20para%20a%20dissertação/566%20-PPC%20Mulheres%20SIM.pdf Acesso em 28 abr. 2016b.
- GOHN, M. (2004). *Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais*. Saúde e Sociedade v.13, n.2, p.20-31.
- LIBARDONI, A. (2002). *Direitos humanos das mulheres: em outras palavras*: subsídios para capacitação legal de mulheres e organizações. Brasília: AGENDE, 2002.
- MICHELS, J. (2018). *O caso do Programa Mulheres Sim do IFSC*. 125 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/5707/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Juliana%20Michels%20-%202031-10.pdf?sequence=5&isAllowed=y> Acesso em 10 maio 2019.
- PRIORE, M., (2012). *A história das mulheres no Brasil, mulheres na sala de aula*. São Paulo: Contexto.
- SANTA CATARINA. TJ SC. Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - CEVID Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/coordenadoria-da-mulher-em-situacao-de-violencia-domestica-e-familiar-cevid>, Acesso em 16 de junho 2019.
- ZORZI, A., (2008). *Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf mulher em Ijuí-Rs*. 2008.137 p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- Porto Alegre, 2008.
- YAZBEK, M. C. (2001). *Pobreza e exclusão: expressões da questão social no Brasil*. Rev. Temporalis 3. Brasília: AABEPSS.

